

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Prefácio</i>	XXXVII
Introdução	I
Capítulo I – Características e Natureza da Companhia ou Sociedade Anônima	7
Art. 1º	7
1. Conceito e características das sociedades anônimas	7
2. Valor, valor nominal e preço de emissão das ações	9
3. Responsabilidade dos acionistas	11
Art. 2º	12
4. Objeto social	12
5. Definição precisa e completa do objeto social	14
6. Participação em outras sociedades como objeto social	15
Art. 3º	16
7. O emprego da palavra “companhia” na denominação	16
8. Indicação dos fins sociais na denominação	17
9. Nome de pessoa	18
10. Identidade de denominações	19
Art. 4º	20
11. Sociedades anônimas abertas e fechadas. Sociedades fechadas no direito comparado	24
12. Tendências da doutrina brasileira sobre as sociedades anônimas fechadas	27
13. O reconhecimento pela lei das sociedades fechadas. Sociedades abertas e sociedades de capital aberto	28
14. Restrições às companhias fechadas	29
15. Dificuldades de funcionamento das companhias fechadas	31
16. Registro das sociedades abertas; vantagens fiscais	32
Art. 4º-A	32
Capítulo II – Capital Social	35
Seção I – Valor	35
Art. 5º	35
17. O capital social no estatuto	35
18. Função do capital social	35
19. Fixação do valor do capital	36
20. Não fixação, pela lei, de um mínimo para o capital	37
Art. 6º	38
21. O princípio da fixidez do capital	38
22. Redução do capital	39
Seção II – Formação	40
Art. 7º	40
23. A formação do capital na nova lei	40
24. Contribuição para o capital: numerário ou bens	40

25. Natureza dos bens	41
26. Créditos	41
27. Ações de trabalho	42
28. Ações com prestações acessórias	42
Art. 8º	43
29. Avaliação dos bens. Peritos e empresas avaliadoras	43
30. Normas e critérios a serem seguidos pelos peritos	45
31. Prazo para o laudo	45
32. Bens em condomínio	46
33. Aprovação do laudo de avaliação. Incorporação dos bens à sociedade	46
34. Responsabilidade dos avaliadores e do subscritor	47
Art. 9º	47
35. Transferência do bem à sociedade	47
36. Oferecimento de bens em usufruto	48
37. Imposto de transmissão	48
Art. 10	49
38. Responsabilidade dos subscritores	49
39. Entrada consistente em crédito	50
40. Protesto de títulos	50
41. Versão do patrimônio líquido	51
42. Pagamento de entradas com créditos contra terceiros	51
Capítulo III – Ações	53
Seção I – Número e Valor Nominal	53
Art. 11	53
43. Número de ações	53
44. Declaração no estatuto do valor das ações. Ações sem valor nominal	54
45. Valor nominal e preço de emissão	57
46. Igualdade do valor nominal	58
47. Valor nominal mínimo nas companhias abertas	58
Art. 12	58
48. Alterações no número e valor nominal	59
49. Grupamento e desdobramento de ações	60
Seção II – Preço de Emissão	62
Art. 13	62
50. Proibição da emissão de ações por preço inferior ao valor nominal	62
51. Valor nominal e preço de emissão	62
Art. 14	63
52. Fixação do preço de emissão	63
53. Contribuição em bens	64
54. Integração do preço de emissão no capital	64
55. Ações preferenciais sem valor nominal	65
Seção III – Espécies e Classes	65
Art. 15	65
56. Conceito de ação	66
57. Espécies e classes de ações	66
58. Ações ordinárias. Direito a voto	67
59. Ações preferenciais	67
60. Ações de fruição	68
61. Ações preferenciais sem direito a voto	68
Art. 16	70
62. Classes de ações ordinárias de companhia fechada	71
63. Alteração das classes	72

Art. 17	73
64. Vantagens às ações preferenciais	76
65. Prioridade do reembolso do capital. Correção monetária do dividendo	78
66. Pagamento do dividendo cumulativo com as reservas de capital	79
67. Proteção ao acionista residente ou domiciliado no Brasil	79
Art. 18	79
68. Vantagens políticas	79
69. Alterações estatutárias	80
70. Representação no Conselho Fiscal	80
Art. 19	81
71. Cláusulas estatutárias sobre ações preferenciais	81
72. Discriminação das preferências, vantagens e restrições	81
73. Condições de resgate e amortização	83
74. Modos de conversão	83
Seção IV – Forma	84
Art. 20	84
75. Titularidade dos direitos do acionista	84
76. As ações endossáveis no direito brasileiro	84
77. Ações nominativas	84
78. Tendência moderna para a nominatividade obrigatória das ações. Reações	85
79. A orientação da nova lei	87
80. Ações endossáveis	88
81. Ações ao portador	88
Art. 21	89
82. Sociedades que exigem ações nominativas	89
83. Nominatividade provisória das ações não integralizadas	90
83-a. Direito de voto das ações ao portador não integralizadas	91
84. Só ações nominativas têm direito a voto	92
Art. 22	92
85. Determinação da forma de ações	93
86. Significados da palavra “conversão”	93
87. Modo de conversão	94
88. Conversão de ações de companhia fechada	94
89. Despesas com a conversão	95
Seção V – Certificados	95
Art. 23	95
90. Certificados de ações	95
91. Condições para a emissão de certificados	96
92. Contribuição em bens	97
93. Infração do dispositivo, efeitos; responsabilidades dos infratores	97
94. Substituição de certificados	97
Art. 24	98
95. Valor dos requisitos do certificado	100
96. Requisitos	100
97. Assinaturas de certificados de companhias abertas	105
Art. 25	106
98. Certificados múltiplos	106
99. Cautelas	107
Art. 26	107
100. Cupões	107
101. Requisitos	108
102. Cupões e cautelas	108
Art. 27	109

103. Agente emissor de certificados.....	109
104. Autorização da Comissão de Valores Mobiliários	110
105. Guarda e escrituração dos livros	111
106. Assinatura do agente nos certificados	111
107. Escrituração pelo agente emissor.....	111
108. Ações ao portador	112
Seção VI – Propriedade e Circulação	112
Art. 28	112
109. O princípio da indivisibilidade.....	112
110. Condomínio de ação.....	113
111. Responsabilidade dos condôminos.....	113
112. Suspensão e incapacidade do exercício dos direitos	113
Art. 29	114
113. Realização de trinta por cento do preço de emissão	114
114. A integralização é do preço de emissão de cada ação	114
115. Negociação e transferência independentes da vontade expressa do acionista	114
116. Nulidade da negociação	115
117. Aplicação da regra às companhias fechadas	115
Art. 30	116
118. Negociação com as próprias ações.....	117
119. Permissão legal da negociação.....	117
120. Aquisição de suas próprias ações pelas companhias fechadas.....	118
121. Recebimento pela sociedade das próprias ações em garantia.....	119
Art. 31	120
122. Presunção de propriedade das ações nominativas	120
123. Transferência.....	121
124. Transferência por sucessão, legado ou qualquer ato judicial.....	121
125. Transferência por atos extrajudiciais	122
126. Transferência de ações nominativas adquiridas em bolsas	122
Art. 32	122
127. Presunção de propriedade das ações endossáveis	123
128. Compreensão do dispositivo da lei	125
129. Ações integralizadas e não integralizadas.....	125
130. Desnaturação da ação endossável.....	126
131. Emissão de novo certificado	126
132. Presunção de autenticidade da assinatura do endossante.....	127
133. Regras de direito cambiário aplicáveis às ações endossáveis.....	127
Art. 33	128
134. Necessidade de certificado nas ações ao portador	128
135. Transferência pela tradição	128
136. Perda ou extravio	128
137. Direito de voto	129
Art. 34	129
138. A inovação das ações escriturais	130
139. Ações escriturais e <i>virement</i> . Ações escriturais no direito americano.....	130
140. Ações escriturais e depósito de ações fungíveis	131
141. Autorização estatutária.....	132
142. Instituição financeira depositária	133
143. Relações entre a instituição financeira e a companhia.....	133
144. Conversão em espécies ou classes diferentes	133
145. Direito de voto	133
Art. 35	134
146. Conta de depósito.....	134
147. Lançamentos de transferência.....	135

148. Extrato da conta	135
149. Negociação.....	136
150. Despesas com as transferências	136
Art. 36	136
151. Restrição à circulação de ações da companhia fechada.....	137
152. Modalidades de restrições.....	137
153. Efeitos das restrições.....	137
154. Restrição de circulação de ações da companhia aberta	138
Art. 37	138
155. Suspensão de transferências, conversões e desdobramentos de certificados.....	138
156. Serviços iniciados antes da suspensão	140
Art. 38	141
157. Processo de recuperação	141
158. Certificado ao portador ou endossado em branco.....	142
159. Exercício condicional dos direitos.....	142
Seção VII – Constituição de Direitos Reais e Outros Ônus.....	143
Art. 39	143
160. As ações como objeto de direitos reais de garantia.....	144
161. Penhor das ações nominativas	144
162. Penhor das ações endossáveis.....	144
163. Penhor das ações ao portador.....	144
164. Penhor das ações escriturais.....	144
165. Arquivamento do instrumento do penhor	145
166. Exercício de voto pelas ações empenhadas	145
167. Frutos das ações empenhadas	145
168. Ações sem valor nominal.....	146
Art. 40	146
169. Averbação de usufruto, fideicomisso, alienação fiduciária e outros ônus.....	147
170. Direito de voto	147
171. Fideicomisso	148
172. Alienação fiduciária	148
173. Outras cláusulas. Inalienabilidade e incomunicabilidade	148
174. Promessa de venda e direito de preferência para aquisição.....	148
175. Gravames em ações ao portador	149
Seção VIII – Custódia de Ações Fungíveis.....	149
Art. 41	149
176. A permissão da custódia de ações como valores mobiliários	151
177. O depósito de ações fungíveis no direito comparado	152
178. As ações nominativas não podem ser depositadas	153
179. Autorização da Comissão de Valores Mobiliários	154
180. A depositária não se torna proprietária das ações depositadas.....	154
181. Transferência de propriedade das ações. Transferência sem a devolução de certificados.....	155
Art. 42	155
182. Poderes da depositária.....	156
183. Lista dos depositantes	157
184. Contratualidade do depósito	157
185. Responsabilidade da depositária.....	158
Seção IX – Certificado de Depósito de Ações	158
Art. 43	158
186. Origem dos certificados de depósito	160
187. Emissão dos certificados.....	161
188. Requisitos.....	162
189. Natureza do certificado	162

190. O endosso do certificado.....	162
191. Valor do certificado.....	163
192. Desdobramento e grupamento.....	163
193. Negociação.....	163
Seção X – Resgate, Amortização e Reembolso.....	163
Art. 44.....	163
194. Direito anterior sobre amortização e resgate.....	164
195. Conceito de resgate. Resgate com diminuição do capital.....	164
196. Amortização.....	165
197. Direitos das ações amortizadas.....	166
198. Emissão dos certificados de ações de fruição.....	167
Art. 45.....	167
199. Conceito de reembolso. Causa. Acionista ausente da assembleia.....	170
200. Valor do reembolso.....	172
201. Reembolso à custa do capital.....	173
202. Falência da sociedade.....	174
Capítulo IV – Partes Beneficiárias.....	175
Art. 46.....	175
203. Manutenção das partes beneficiárias.....	175
204. Protecionismo da lei aos beneficiários.....	176
205. Fundo de resgate.....	176
206. Direitos dos beneficiários.....	176
207. Igualdade entre os beneficiários.....	177
208. Negociação. Cotação.....	177
209. Acionista portador de partes beneficiárias.....	177
Art. 47.....	178
210. Alienação onerosa das partes beneficiárias.....	178
211. Condições de alienação.....	178
212. Atribuição como remuneração de serviços.....	179
213. Emissão de partes beneficiárias de companhias abertas. Atribuição gratuita.....	179
214. Época da emissão.....	179
215. Colocação das partes beneficiárias.....	179
Art. 48.....	180
216. Prazo de duração das partes beneficiárias.....	180
217. Fundo de resgate.....	181
218. Conversão em ações.....	182
219. Participação dos beneficiários no acervo social em caso de liquidação.....	183
Art. 49.....	183
220. Certificados.....	184
221. Requisitos.....	184
Art. 50.....	186
222. Forma das partes beneficiárias.....	187
223. Livros para a transferência.....	187
224. Depósito com emissão de certificado.....	188
Art. 51.....	188
225. Alteração das vantagens.....	189
226. Assembleia dos beneficiários. A orientação da nova lei.....	190
227. Votação. Partes beneficiárias em poder da sociedade.....	192
228. Agente fiduciário dos beneficiários.....	192
Capítulo V – Debêntures.....	195
Art. 52.....	195
229. Conceito de debênture.....	195

230. Regulamentação especial dos empréstimos com a emissão de debêntures	196
231. Regulamentação das debêntures no Brasil.....	196
232. O Decreto nº 177-A, de 1893.....	197
233. O Decreto-Lei nº 781, de 1938 e a Lei nº 4.728, de 1965	199
234. A regulamentação das debêntures na nova lei.....	200
235. Natureza das debêntures	200
Seção I – Direitos dos Debenturistas	201
Art. 53	201
236. A emissão das debêntures.....	201
237. Natureza dos certificados. Certificados múltiplos.....	203
238. Colocação no mercado	203
239. Direitos dos debenturistas.....	204
240. Direitos especiais	204
Art. 54	204
241. Fixação do valor de debêntures.....	205
242. Valor nominal e valor de negociação	206
243. Menção do valor nos certificados	207
244. Correção monetária	208
Art. 55	208
245. Prazo de vencimento. Debêntures perpétuas	208
246. Amortização ou resgate.....	210
247. Aquisição de debêntures pela própria sociedade	210
Art. 56	211
248. Juros	212
249. Participação nos lucros	212
250. Prêmio de reembolso.....	213
251. Conversão em ações.....	214
Art. 57	214
252. O direito de conversão em ações	214
253. A conversão no direito estrangeiro.....	215
254. A atração das debêntures conversíveis	215
255. Debêntures permutáveis por ações.....	216
256. Direito anterior. A Resolução nº 109 do Banco Central.....	217
257. A emissão e condições de conversão na nova lei.....	218
258. Preferência dos acionistas na subscrição de debêntures conversíveis	219
259. Alterações estatutárias que dependem do assentimento dos debenturistas	219
Seção II – Espécies	220
Art. 58	220
260. A garantia dos credores nos mútuos em geral.....	221
261. Garantias oferecidas pela companhia.....	221
262. Garantia real.....	222
263. Garantia flutuante. Acumulação de garantias.....	222
264. Debêntures sem direito de preferência.....	224
265. Debêntures subordinadas	224
266. Garantia de duas ou mais sociedades do mesmo grupo.....	225
Seção III – Criação e Emissão	227
Art. 59	227
267. Autorização da assembleia geral para o empréstimo. Acionista dissidente da deliberação.....	228
268. Limites e condições da emissão.....	229
269. Deliberação nas companhias abertas. Delegação de poderes ao Conselho de Administração ..	229
270. Novas emissões. Cancelamento das debêntures não colocadas.....	230
Art. 60	230
271. Valor total da emissão	230

272. Exceções	231
273. Emissão ultrapassando o valor do capital em função das garantias oferecidas	232
274. Garantia flutuante superior ao capital	232
275. Fixação do limite pela Comissão de Valores Mobiliários	232
276. Debêntures sem preferência	232
277. Debêntures subordinadas	233
Art. 61	233
278. Escritura de emissão	233
279. Registro da emissão	234
280. Aditamento à escritura de emissão	235
281. Padronização pela CVM de cláusulas e condições nas escrituras de emissão	236
282. Recusa do registro de emissão. Validade das debêntures	236
Art. 62	236
283. Prescrições preliminares à emissão	237
284. Registro dos aditamentos	239
285. Livro especial no Registro de Imóveis. Revogação do art. 178, I, da Lei sobre os Registros Públicos	239
Seção IV – Forma, Propriedade, Circulação e Ônus	240
Art. 63	240
286. Inexistência de debêntures puramente nominativas	241
287. Debêntures ao portador e endossáveis	241
288. Debêntures escriturais	242
289. Agente emissor de debêntures. Depósito com emissão de certificado	242
290. Perda ou extravio do certificado	243
291. Constituição de direitos reais de garantia	243
Seção V – Certificados	244
Art. 64	244
292. Certificado. Requisitos	245
293. Responsabilidade da sociedade e do agente fiduciário	247
Art. 65	247
294. Títulos múltiplos	247
295. Substituição, desdobramento e grupamento de certificados	248
Seção VI – Agente Fiduciário dos Debenturistas	248
Art. 66	248
296. Direito anterior	248
297. O <i>trustee</i> do direito inglês	249
298. O <i>trust</i> no direito americano. <i>Trust Indenture Act</i> de 1939. <i>Blind Trust</i>	249
299. Na Itália	251
300. No direito francês. Personalidade da massa dos debenturistas	251
301. O fiduciário no direito argentino	252
302. A orientação eclética da lei brasileira	253
303. Nomeação do agente fiduciário	253
304. Pessoas que não podem ser agentes fiduciários	254
305. Substituição do agente fiduciário	255
Art. 67	255
306. Remuneração e substituição dos agentes fiduciários	256
307. Fiscalização pela Comissão de Valores Mobiliárias	257
308. Nomeação de substituto provisório	257
309. Suspensão do agente	258
Art. 68	258
310. Função do agente fiduciário	259
311. Deveres	259
312. Relatório	261

313. Informação direta aos debenturistas.....	261
314. Ação do agente fiduciário no caso de não cumprir a companhia as obrigações assumidas.....	262
315. Responsabilidade do agente para com os debenturistas.....	263
316. Despesas.....	264
317. Restrições aos poderes dos agentes fiduciários.....	264
Art. 69.....	264
318. Ampliação das funções do agente fiduciário.....	265
319. Autenticação dos certificados.....	265
320. Administração do fundo de amortização.....	265
321. Custódia dos bens dados em garantia.....	266
322. Pagamento de juros, amortização e resgate.....	266
323. Outras funções.....	266
Art. 70.....	267
324. Substituição dos bens dados em garantia.....	267
325. Concordância do agente fiduciário.....	268
326. Natureza dos bens.....	268
327. Alterações nas cláusulas e condições da emissão.....	269
Seção VII – Assembleia de Debenturistas.....	270
Art. 71.....	270
328. Assembleia dos debenturistas. Assembleias ordinárias e extraordinárias.....	270
329. Convocação das assembleias.....	272
330. Ordem do dia.....	273
331. Instalação.....	273
332. Votação.....	274
Seção VIII – Cédula Pignoratícia de Debêntures.....	274
Art. 72.....	274
333. Cédulas pignoratícias de debêntures.....	276
334. Características.....	277
335. Direitos conferidos.....	277
336. Forma.....	277
337. Requisitos dos certificados.....	277
Seção IX – Emissão de Debêntures no Estrangeiro.....	280
Art. 73.....	280
338. Alteração da orientação do anteprojeto.....	280
339. Emissão de debêntures no estrangeiro por companhias brasileiras.....	281
340. Debêntures emitidas no exterior por companhias estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil..	281
341. Prescrições relativas às debêntures emitidas no estrangeiro.....	282
342. Negociação no Brasil de debêntures emitidas no exterior.....	282
Seção X – Extinção.....	282
Art. 74.....	282
343. Extinção das debêntures. Arquivamento dos certificados e dos documentos relativos à extinção....	283
344. Fiscalização do agente fiduciário. Responsabilidades.....	283
345. Responsabilidade dos administradores.....	284
Capítulo VI – Bônus de Subscrição.....	285
Art. 75.....	285
346. Introdução no nosso direito dos bônus de subscrição.....	285
347. A origem americana do título.....	286
348. Deficiência da lei na adoção do novo título. Preço da ação a ser pago pelos portadores dos bônus.....	287
349. Alienação dos bônus.....	287
350. Os bônus encerram direito de subscrição de ações.....	288
351. A subscrição das ações pelos portadores dos bônus.....	288
352. Preço de negociação.....	288

Art. 76	288
353. Deliberação da assembleia	289
354. Competência do Conselho de Administração	289
355. Época da emissão dos bônus	289
356. Quantidade de bônus a serem emitidos	289
Art. 77	289
357. Alienação e atribuição gratuita de bônus	289
358. Direito de preferência dos acionistas para a subscrição de bônus	290
Art. 78	290
359. Forma dos bônus	291
360. Aplicação de normas relativas às ações	291
Art. 79	291
361. Declarações dos certificados	292
Capítulo VII – Constituição da Companhia	295
Seção I – Requisitos Preliminares	295
Art. 80	295
362. Caráter normativo da constituição das sociedades anônimas	295
363. Número mínimo de subscritores do capital	296
364. Entrada inicial. Responsabilidade dos subscritores	297
365. Depósito das entradas	297
366. Sociedades de capital autorizado	298
Art. 81	299
367. Inexistência na localidade de banco autorizado a receber os depósitos iniciais	300
368. Prazo do depósito. Frutos produzidos pelas contribuições iniciais dos subscritores	300
369. Não aquisição de personalidade jurídica pela sociedade	301
Seção II – Constituição por Subscrição Pública	302
Art. 82	302
370. Subscrição pública: conceito	302
371. Registro da emissão	303
372. Intermediação de instituição financeira na constituição por subscrição pública	304
Art. 83	304
373. Projeto de estatuto. Normas que deve conter	304
Art. 84	305
374. Natureza do prospecto	306
375. Menções obrigatórias	306
376. Publicação do prospecto	307
Art. 85	307
377. Subscrição das ações	308
378. Listas ou boletins de subscrição	309
379. Subscrição e pagamento da entrada inicial	309
380. Subscrição por mandatários. Suposto mandatário; procedimento da sociedade	309
381. Subscrição por carta	310
382. Menores e mulheres casadas	311
Art. 86	311
383. Encerramento da subscrição. Convocação de assembleias	311
384. Excesso de subscrição. Devolução das importâncias relativas às subscrições excedentes	312
385. Assembleia de constituição	313
Art. 87	313
386. Instalação e votação na assembleia de constituição	313
387. Constituição da sociedade. Eleição dos primeiros administradores e fiscais	314
388. Ata da assembleia	315

Seção III – Constituição por Subscrição Particular	315
Art. 88	315
389. Subscrição particular do capital	315
390. Elaboração do estatuto	316
391. Constituição por assembleia geral	317
392. Constituição por escritura pública	317
Seção IV – Disposições Gerais	317
Art. 89	317
393. Desnecessidade da escritura pública para a transferência de imóveis	317
394. Imposto de transmissão	318
395. Incorporação de imóveis do patrimônio público	318
Art. 90	318
396. Representação dos subscritores nos atos de constituição	319
397. Poderes especiais	319
398. Não se aplicam a esses mandatários as restrições para a representação nas assembleias gerais ...	319
Art. 91	320
399. Adição das palavras “em organização” junto à denominação	320
400. Denominação de sociedade em constituição idêntica à de sociedade já constituída	320
Art. 92	321
401. Precauções da lei para a constituição por subscrição pública	321
402. Responsabilidades da instituição financeira intermediária e dos fundadores	322
403. Responsabilidade solidária dos fundadores	322
Art. 93	322
404. Entrega de livros, documentos e outros papéis aos primeiros administradores	322
405. Extinção da figura do fundador	323
406. Recusa da entrega dos documentos	323
Capítulo VIII – Formalidades Complementares da Constituição	325
Art. 94	325
407. Aquisição de personalidade jurídica	325
408. Funcionamento regular da sociedade	326
409. Natureza da sociedade antes do arquivamento dos atos constitutivos	326
Art. 95	328
410. Documentos a serem arquivados	328
411. Publicações	329
Art. 96	329
412. Arquivamento de certidão da escritura pública	330
413. Dispensa das assembleias de avaliação dos bens, quando o laudo consta da escritura pública	330
Art. 97	331
414. Função do registro do comércio	332
415. Exame dos documentos constitutivos da sociedade	333
416. Regularização dos documentos	333
417. Filiais, sucursais ou agências	334
418. Recurso	334
Art. 98	334
419. Publicação dos documentos	335
420. Transferência de propriedade dos bens conferidos à sociedade	335
421. Descrição do bem	336
Art. 99	336
422. Responsabilidade solidária dos primeiros administradores	336
423. Atos praticados pelos administradores antes de arquivados os documentos constitutivos da sociedade	337
424. Ratificação tácita dos atos dos primeiros administradores	337

Capítulo IX – Livros Sociais.....	339
Art. 100.....	339
425. Livros especiais das sociedades anônimas.....	341
426. Registro de ações nominativas e endossáveis.....	342
427. Transferência de ações nominativas.....	342
428. Registros de partes beneficiárias nominativas e transferência dessas partes.....	343
429. Títulos endossáveis.....	343
430. Registro de atos ocorridos na sociedade.....	343
431. Certidões.....	343
432. Registros mecanizados e eletrônicos.....	344
Art. 101.....	344
433. Registro e transferência de valores mobiliários pelo agente emissor de certificados.....	345
434. Transferência de ações nominativas.....	345
Art. 102.....	346
435. Extratos de contas e lista dos titulares das ações escriturais.....	346
436. Épocas do fornecimento das listas dos acionistas.....	346
Art. 103.....	347
437. Fiscalização por parte da companhia.....	347
438. Valores mobiliários emitidos por agente emissor de certificados.....	348
439. Instituição financeira depositária de ações escriturais.....	349
440. Dúvidas entre acionistas, terceiros e a companhia.....	349
Art. 104.....	350
441. Responsabilidade da companhia por vícios ou irregularidades na escrituração dos livros.....	351
442. Emissão e substituição de certificados; prazo.....	352
Art. 105.....	352
443. Exibição por inteiro dos livros sociais.....	353
444. Direito comparado; a exceção dos Estados Unidos.....	353
445. Os fatos bastam ser alegados.....	354
446. Titular de debêntures conversíveis em ações.....	354
Capítulo X – Acionistas.....	355
Seção I – Obrigação de Realizar o Capital.....	355
Art. 106.....	355
447. Natureza da subscrição.....	355
448. Ações adquiridas.....	356
449. Condições da integralização.....	357
450. Prazo de pagamento.....	358
451. Mora do acionista: juros, correção monetária e multa.....	358
Art. 107.....	359
452. Opções para a cobrança do acionista em mora.....	360
453. Processos de cobrança.....	361
454. Execução do acionista pelo saldo devedor.....	361
455. Caducidade das ações. Redução do capital.....	362
456. Ações com e sem valor nominal.....	363
Art. 108.....	364
457. Responsabilidade solidária do alienante e do adquirente de ações não integralizadas.....	364
458. Prazo da responsabilidade do alienante.....	364
459. Identificação do alienante de ações nominativas.....	365
460. Responsabilidade do endossatário de ações endossáveis.....	365
461. Responsabilidade na transferência de ações ao portador.....	366
462. Identificação do alienante e adquirente de ações escriturais.....	366
Seção II – Direitos Essenciais.....	366
Art. 109.....	366
463. Direitos administrativos e patrimoniais dos acionistas. Direitos administrativos.....	368

464. Direitos patrimoniais.....	369
465. Direitos essenciais dos acionistas na lei brasileira.....	370
466. Retirada do direito de preferência.....	370
467. Direito de voto.....	371
468. Desigualdade dos direitos conferidos pelas ações.....	371
469. A adoção do direito de voto segundo a forma das ações.....	372
470. Garantia do exercício dos direitos pelos acionistas.....	372
Seção III – Direito de Voto.....	372
Art. 110.....	372
471. O sentido do artigo.....	373
472. Orientação da nova lei quanto às ações ordinárias.....	373
473. Limitação do número de votos.....	374
474. Proibição do voto plural.....	375
475. Exercício do voto por procurador.....	376
476. Acordo de votos.....	377
477. Cessão do direito de voto.....	378
478. O direito de voto pelas ações não inteiramente integralizadas.....	378
479. Suspensão do direito de voto.....	379
Art. 111.....	379
480. Restrições das ações preferenciais, direito de voto.....	379
481. Restrições e limitação do direito de voto.....	381
482. Aquisição do direito de voto.....	381
483. Dilatação do prazo para a aquisição do direito de voto no caso de implantação do empreendimento inicial da companhia.....	383
Art. 112.....	383
484. O direito de voto pertence a todas as ações.....	384
485. O combate às ações ao portador.....	385
486. A orientação da nova lei e suas consequências.....	387
487. A conversão das ações ao portador em nominativas; fragilidade do princípio.....	388
488. Ações preferenciais sem direito a voto; só adquirirão o direito de voto se forem nominativas.....	389
Art. 113.....	389
489. Manutenção da orientação da lei revogada.....	389
490. Constituição do penhor segundo a forma da ação. Não transferência dos direitos próprios do acionista.....	390
491. Impossibilidade da cessão de votos.....	390
492. O direito de voto nas ações alienadas fiduciariamente.....	391
Art. 114.....	392
493. Disparidade de orientações no direito comparado. Critério da lei anterior.....	392
494. Orientação da lei atual.....	393
Art. 115.....	394
495. Proteção do acionista minoritário.....	394
496. Exercício abusivo do voto.....	395
497. Obtenção de lucros ou vantagens pessoais.....	396
498. Avaliação dos bens com que o acionista concorre para a sociedade.....	396
499. Votação na aprovação de contas dos administradores.....	397
500. Vantagens especiais.....	398
501. Interesse conflitante com o da sociedade.....	398
502. Responsabilidade pelo voto abusivo ainda que não tenha prevalecido.....	399
Seção IV – Acionista Controlador.....	399
Art. 116.....	399
503. O problema do controle societário e a doutrina.....	400
504. Caracterização do acionista controlador.....	402
505. O uso efetivo do poder de controle.....	403
506. Dever do acionista controlador.....	405

507. Identificação do acionista controlador	406
Art. 116-A	406
Art. 117	407
508. Causa dos deveres do acionista controlador	408
509. Exercício abusivo do poder.....	408
510. Orientação da companhia.....	409
511. Atos que trazem vantagem indevida	409
512. Atos que fogem ao interesse da companhia	409
513. Eleição de pessoas inaptas para os cargos de administração ou fiscalização.....	410
514. Indução à prática de ato ilegal pelo administrador ou fiscal.....	410
515. Contratação com a sociedade em condições de favorecimento ou não equitativas.....	411
515-a. Responsabilidade tributária do acionista controlador.....	411
516. Aprovação de contas irregulares do administrador.....	413
Seção V – Acordo de Acionistas	414
Art. 118	414
517. O acordo de acionistas no direito comparado	416
518. Conceito e modalidades do acordo de acionistas.....	418
519. Acordo para a venda de ações.....	419
520. Preferência para a aquisição de ações.....	420
521. Acordo de voto.....	421
522. Efeitos dos acordos quanto a terceiros. Averbação	422
523. Informações à assembleia geral	423
Seção VI – Representação de Acionista Residente ou Domiciliado no Exterior.....	424
Art. 119	424
524. Citação de acionista residente ou domiciliado no exterior	424
525. Mandato tácito ao representante para receber citação inicial	425
526. Residência e domicílio	426
Seção VII – Suspensão do Exercício de Direitos.....	426
Art. 120	426
527. Suspensão de direitos do acionista.....	426
528. Direitos que podem ser suspensos	427
529. Fundamento da suspensão de direitos.....	427
Capítulo XI – Assembleia Geral.....	429
Seção I – Disposições Gerais.....	429
Art. 121	429
530. Conceito de assembleia geral.....	429
531. A assembleia geral como poder deliberativo	430
532. Assembleia geral como reunião dos acionistas votantes.....	431
533. A assembleia geral e os acionistas não votantes	431
534. Condições para a validade das deliberações	431
Art. 122	432
535. Competência privativa da assembleia geral.....	433
536. Reforma do estatuto social.....	433
537. Eleição e destituição de administradores e fiscais	433
538. Tomada de contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras	434
539. Autorização para a emissão de debêntures.....	434
540. Suspensão de direitos do acionista.....	435
541. Aprovação do laudo sobre a avaliação de bens.....	435
542. Autorização para a emissão de partes beneficiárias	436
543. Deliberação sobre transformação, fusão, incorporação ou cisão.....	436
544. Confissão de falência ou impetração de concordata. Prática desses atos sem deliberação prévia da assembleia	437
545. Não homologação, pela assembleia, de confissão de falência ou impetração de concordata pelos administradores.....	439

Art. 123	441
546. Convocação da assembleia	442
547. Convocação pelo Conselho de Administração	442
548. Convocação pelo Conselho Fiscal	442
549. Convocação pelos acionistas	443
550. Não atendimento pelo administrador de pedido de convocação da assembleia	444
551. Revogação da convocação. Suspensão e prorrogação da assembleia	444
Art. 124	445
552. Anúncio de convocação da assembleia	447
553. Indicações dos anúncios	448
554. Prazo e número de publicações	448
555. Convocação por telegrama ou por carta	449
556. Convocação direta em pequenas sociedades	449
557. Instalação da assembleia independente de convocação	450
Art. 125	451
558. <i>Quorum</i> para a instalação da assembleia	451
559. <i>Quorum</i> especial	452
560. Comparecimento de acionistas não votantes. Direito de retirada	453
Art. 126	453
561. Identificação dos acionistas que participam da assembleia	455
562. Representação dos acionistas na assembleia	456
563. Quem pode ser procurador	457
564. Representação por administrador da companhia	459
565. Representação por advogado. Não representação por terceiros estranhos ao quadro social	460
566. Representação por instituições financeiras	460
567. Representação dos condôminos nos fundos de investimento	463
568. Pedidos de procuração	463
569. Representação legal dos menores e incapazes	464
Art. 127	465
570. Finalidade da assinatura no Livro de Presença	465
571. Indicações a serem lançadas	465
572. Termos de abertura e de encerramento	466
Art. 128	466
573. Composição da mesa	466
574. Direção dos trabalhos por não acionista	466
Art. 129	467
575. <i>Quorum</i> para aprovação de deliberações	468
576. <i>Quorum</i> na sociedade fechada	470
577. Empate nas deliberações da assembleia	470
Art. 130	471
578. Ata da assembleia: conteúdo	471
579. Atas lavradas em forma de sumário	472
580. Publicação do extrato da ata	473
581. Publicação da ata com omissão das assinaturas dos acionistas	473
Art. 131	474
582. Espécies de assembleias	474
583. Assembleias gerais ordinárias e extraordinárias	474
584. Reunião cumulativa das assembleias ordinária e extraordinária	475
Seção II – Assembleia Geral Ordinária	476
Art. 132	476
585. Objeto da assembleia geral ordinária	476
586. Data da reunião da assembleia	476
587. Realização da assembleia fora do prazo legal	477
588. Deveres da assembleia geral ordinária	477

Art. 133	479
589. Convocação da assembleia	480
590. Publicação dos documentos a serem discutidos na assembleia. Assembleia geral ordinária de sociedade fechada.....	481
591. Reunião da totalidade dos acionistas	481
592. Suprimento da convocação pela publicação dos documentos a serem apresentados à assembleia...	482
Art. 134	482
593. Ordem dos trabalhos da assembleia.....	483
594. Discussão dos documentos	483
595. Votação.....	484
596. Não votação do administrador na aprovação de suas contas	484
597. Suspensão de deliberação; nova reunião da assembleia	485
598. Aprovação das contas sem reservas	486
599. Retificações nas demonstrações financeiras.....	486
600. Publicação e arquivamento da ata.....	487
Seção III – Assembleia Geral Extraordinária.....	487
Art. 135	487
601. Conceito de assembleia geral extraordinária	487
602. Reforma do estatuto	488
603. <i>Quorum</i> para a instalação.....	489
604. Publicidade legal.....	490
605. Exame da reforma pelo Registro do Comércio.....	490
Art. 136	491
606. <i>Quorum</i> qualificado	493
607. Matéria que exige o <i>quorum</i> qualificado	493
608. Redução do <i>quorum</i> pela Comissão de Valores Mobiliários	499
609. Criação de debêntures e impetração de concordata	500
Art. 137	501
610. Direito de retirada dos acionistas dissidentes	507
611. Criação de ações preferenciais ou alteração das preferenciais existentes.....	508
612. Alteração do dividendo obrigatório. Outros motivos.....	511
613. Quem é considerado acionista dissidente	511
614. Prazo para a manifestação da dissidência	513
615. Reconsideração ou ratificação da deliberação da assembleia.....	514
616. Valor das ações a serem reembolsadas.....	514
Capítulo XII – Conselho de Administração e Diretoria.....	515
Art. 138	515
617. A administração da sociedade no direito estrangeiro. O <i>Fuehrerprinzip</i>	515
618. Orientação da lei brasileira	516
619. Poderes do Conselho de Administração.....	517
620. Diretoria, poderes.....	517
621. Existência obrigatória de Conselho de Administração	517
Art. 139	518
622. Poderes dos órgãos de administração.....	518
623. Outorga de mandato.....	519
Seção I – Conselho de Administração	519
Art. 140	519
624. Constituição do Conselho de Administração	520
625. Número de conselheiros; escolha do presidente do Conselho	521
626. Substituição dos conselheiros	522
627. Prazo de gestão	522
628. Convocação, instalação e funcionamento	522

Art. 141	523
629. Admissão do voto múltiplo	527
630. Requerimento do processo de eleição pelo voto múltiplo	527
631. Como são contados os votos. Cumulação de votos	528
632. Procedimento para a adoção do modo de votação	529
633. Empate na eleição	529
634. Destituição de conselheiros. Nova eleição.....	529
Art. 142	530
635. Competência do Conselho	531
636. Eleição dos diretores	531
637. Conselho de Administração como órgão fiscalizador	532
638. Outras funções do Conselho	533
639. Atas das reuniões do Conselho	534
Seção II – Diretoria.....	535
Art. 143	535
640. A Diretoria como órgão técnico	535
641. Composição.....	535
642. Regulação das atribuições pelo estatuto	536
643. Substituição dos diretores	537
644. Prazo de gestão	537
645. Fixação de atribuições dos diretores	537
646. Participação dos conselheiros na Diretoria	538
647. Representação da companhia pelos diretores. Decisões colegiadas	539
Art. 144	539
648. A Diretoria como órgão executivo	540
649. Funcionamento regular da sociedade.....	540
650. Constituição de mandatário.....	541
Seção III – Administradores.....	542
Art. 145	542
651. A divisão dos órgãos de administração da companhia.....	542
652. Normas comuns a conselheiros e diretores	543
Art. 146	543
653. Orientação do Projeto sobre requisitos dos administradores	544
654. A orientação da lei e o direito estrangeiro.....	545
655. Conselho de Administração e Diretoria: requisitos para a eleição dos membros	548
Art. 147	549
656. Requisitos especiais para a eleição dos administradores	550
657. Inelegibilidade.....	551
658. Inabilitação por parte da Comissão de Valores Mobiliários	552
Art. 148	553
659. Caução da gestão dos administradores	553
660. Facultatividade da garantia. Penhor de ações. Ações de fruição	553
661. Outras garantias para a gestão dos administradores	555
662. Levantamento da garantia. Caução para conselheiros ou diretores	555
Art. 149	555
663. Posse dos administradores. Caso especial dos primeiros administradores	556
664. Posse e remuneração dos administradores.....	557
665. Prazo para a investidura dos administradores.....	557
Art. 150	558
666. Substituição dos administradores.....	558
667. Vacância da maioria ou de todos os cargos do Conselho.....	560
668. Vacância de cargos da Diretoria.....	561
669. Extensão da gestão dos administradores.....	562

Art. 151	562
670. Renúncia do administrador	562
671. Efeitos da renúncia em relação à sociedade	563
672. Efeitos em relação aos terceiros de boa-fé	564
673. Levantamento da garantia do administrador renunciante	564
Art. 152	565
674. Remuneração dos administradores	565
675. Fixação da remuneração pela Assembleia Geral; problemas	566
676. Quando deve ser feita a fixação da remuneração	567
677. Fixação global da remuneração	568
678. Participação nos lucros da sociedade	568
Seção IV – Deveres e Responsabilidades	569
Art. 153	569
679. Orientação da nova lei	569
680. Dever de diligência	570
681. Característica atual do administrador	571
682. O administrador como técnico	572
683. Casos de culpa dos administradores	573
Art. 154	573
684. Orientação da lei quanto às funções sociais das companhias	574
685. Atuação dos administradores ultrapassando os poderes legais	574
686. A atuação dos administradores e o objeto social	574
687. Objeto da companhia e interesse social	575
688. Exigências do bem público e função social da empresa	576
689. Administrador eleito por classe ou grupo	576
690. Atos vedados aos administradores	577
Art. 155	578
691. Dever de lealdade. Repressão ao abuso de poder no direito estrangeiro	580
692. As <i>corporate opportunities</i> na nova lei	581
693. Omissão no exercício dos direitos	582
694. Aquisição de bem ou direito necessário à companhia	583
695. Sigilo sobre os negócios sociais	583
Art. 156	585
696. Interesse do administrador e interesse social	585
697. Contratação do administrador com a companhia	586
698. Anulabilidade do negócio entre a sociedade e o administrador	586
Art. 157	587
699. A <i>disclosure</i> e sua adoção no direito estrangeiro	588
700. O dever de informar na lei atual	590
701. Informações que devem ser fornecidas pelo administrador	590
702. Divulgação de fatos relevantes ocorridos nos negócios sociais	592
703. Abuso das informações fornecidas aos acionistas	594
Art. 158	594
704. Responsabilidade do administrador que age com culpa, dolo, violação da lei ou do estatuto ..	595
705. Responsabilidade individual e responsabilidade solidária. Isenção de responsabilidade	598
706. Solidariedade em caso de não cumprimento de deveres legais	600
707. Responsabilidade de terceiro	600
707-a. Responsabilidade tributária do administrador	600
Art. 159	601
708. Ação de responsabilidade contra o administrador; quem pode promover	601
709. Não propositura da ação pela sociedade	602
710. Exclusão da responsabilidade do administrador. Prescrição da ação de responsabilidade	604

Art. 160	604
711. Deveres e responsabilidades dos órgãos técnicos e consultivos	605
712. Nomeação dos membros dos órgãos técnicos ou consultivos	605
713. Fixação da remuneração	606
Capítulo XIII – Conselho Fiscal	607
Art. 161	607
714. Manutenção do Conselho Fiscal. Funcionamento permanente ou não	608
715. Número de conselheiros. Supremacia dos representantes dos acionistas majoritários	610
716. Eleição dos conselheiros	610
717. Representantes de titulares de ações preferenciais ao portador	611
Art. 162	612
718. Requisitos para a eleição dos conselheiros	613
719. Inelegibilidade	615
720. Remuneração	616
Art. 163	616
721. O Conselho Fiscal como órgão de fiscalização dos administradores. Ampliação da competência ...	619
722. Comparecimento às reuniões dos órgãos de administração: inutilidade	620
723. Informações sobre reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria. Informações do Conselho aos acionistas	621
724. Funcionamento do Conselho na liquidação da sociedade	622
Art. 164	622
725. Comparecimento às assembleias gerais. Informações aos acionistas	623
726. Pareceres e representações	623
Art. 165	624
727. Deveres dos conselheiros	625
728. Responsabilidade dos conselheiros	626
729. Responsabilidade individual e responsabilidade solidária	626
Art. 165-A	626
Capítulo XIV – Modificação do Capital Social	627
Seção I – Aumento	627
Art. 166	627
730. Modificação do capital	627
731. Aumento do capital por conversão de debêntures, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opção de compra de ações	628
732. Outras modalidades de aumento do capital	629
733. Manifestação do Conselho Fiscal	630
Art. 167	631
734. Correção monetária do capital	631
735. Alteração do valor das ações nas companhias abertas	632
736. Ações preferenciais em circulação na vigência da lei	632
Art. 168	633
737. As sociedades de capital autorizado segundo o <i>caput</i> do art. 45 da Lei nº 4.728	633
738. Autorização para aumento de capital	636
739. Emissão de ações sem reforma estatutária	637
740. Regulamentação das sociedades de capital autorizado pela nova lei	638
741. Orientação da lei atual: a autorização é apenas para o aumento de capital	640
742. Especificações para a autorização	640
743. Opção para compra de ações	641
Art. 169	642
744. Correção monetária dos bens da sociedade na legislação anterior	643
745. Aumento de capital por incorporação de lucros e reservas	643
746. Fundo de reserva legal	644
746-a. Normas tributárias	644

747. Extensão às ações novas dos gravames que oneram as originais	645
748. Frações de ações	645
Art. 170	646
749. Aumento por subscrição pública. Orientação da nova lei.....	647
750. Deliberação da assembleia.....	649
751. Fixação do preço de emissão das novas ações.....	649
752. Subscrição em bens ou dinheiro	653
Art. 171	654
753. Aumento de capital e preferência dos antigos acionistas.....	655
754. Regras relativas ao exercício do direito de preferência	655
755. Capitalização de créditos e subscrição em bens	656
756. Conversão de debêntures e partes beneficiárias em ações; exercício do direito dos bônus de subscrição	657
757. Prazo	658
758. O exercício do direito de preferência pelo usufrutuário e pelo fideicomissário. Orientação da lei	659
759. Cessão do direito de subscrição	659
760. Sobras de ações não subscritas	659
Art. 172	660
761. A exclusão, na lei atual, do direito de preferência	661
762. Princípios adotados pela sociedade de capital autorizado na lei atual.....	661
763. As sociedades de capital autorizado no regime da Lei nº 4.728	662
764. Características atuais das sociedades de capital autorizado.....	663
765. Retirada de preferência para utilização dos incentivos.....	665
Seção II – Redução	665
Art. 173	665
766. Casos em que o capital pode ser reduzido	665
767. Redução obrigatória e redução voluntária	666
768. Suspensão dos direitos das ações; substituição dos certificados.....	667
Art. 174	668
769. Oposição dos credores à redução do capital	668
770. Redução por prejuízo acumulado. “Saneamento do capital”.....	669
771. Oposição dos credores no caso de redução do capital excessivo.....	670
772. Só os credores quirografários podem opor-se.....	670
773. Procedimento dos credores e da sociedade.....	671
774. Aprovação dos debenturistas.....	671
Capítulo XV – Exercício Social e Demonstrações Financeiras	673
Seção I – Exercício Social	673
Art. 175	673
775. Duração da sociedade e exercício social.....	673
776. Duração do exercício social.....	674
777. Exercício social e ciclo operacional.....	674
778. Fixação do exercício social.....	675
779. Exercício fiscal.....	675
Seção II – Demonstrações Financeiras	676
Art. 176	676
780. Demonstrações financeiras.....	678
781. Balanço patrimonial: o conceito contábil, econômico e jurídico.....	679
782. Patrimônio da companhia	682
783. Padronização das demonstrações contábeis.....	683
784. Pequenas e médias empresas: normas de interesse especial.....	685

Art. 177.....	708
785. Escrituração contábil e escrituração sob forma mercantil	709
786. Princípios de contabilidade geralmente aceitos	711
787. Métodos ou critérios contábeis uniformes	713
788. Mutações patrimoniais e regime de competência	713
789. Escrituração fiscal ou especial	714
790. Demonstrações contábeis das companhias abertas	716
791. Auditoria das demonstrações contábeis	716
792. Responsabilidade dos administradores e contabilistas	717
Seção III – Balanço Patrimonial	726
Art. 178.....	726
793. Contas contábeis – classificação e agrupamento	727
794. Contas ativas – classificação	728
795. Contas passivas – classificação	729
796. Ativo e passivo de compensação	729
Art. 179	732
797. Ativo circulante – disponibilidades – direitos realizáveis a curto prazo e despesas diferidas	733
798. Ativo realizável a longo prazo	734
799. Regime anterior do realizável a curto prazo	735
800. Ativo permanente – investimento	736
801. Ativo permanente – ativo imobilizado	737
802. Ativo permanente – ativo diferido	738
Art. 180	749
803. Ativo circulante e exigível a longo prazo	749
Art. 181 (Revogado pela Lei nº 11.941/2009)	750
804. Resultados de exercício futuro	750
Art. 182	751
805. Patrimônio líquido – capital social	752
806. Reservas: conceito, fundamentos jurídicos, espécies quanto à origem	753
807. Reserva de capital: contas que nelas se classificam	753
808. Reservas de reavaliação	755
809. Reservas de lucros: origem, fundamento jurídico, espécies tipificadas na lei	755
810. Ações em tesouraria, regime jurídico anterior e atual. Contabilização	756
Art. 183	760
811. Critérios de avaliação do ativo – regime anterior e regime atual	763
812. Normas técnicas contábeis para avaliação do ativo	764
813. Depreciação, amortização e exaustão dos bens do ativo	764
814. Amortização do ativo diferido	766
815. Depreciação de mercadorias fungíveis	766
816. Compatibilização da legislação tributária sobre a matéria	766
Art. 184	777
817. Avaliação do passivo	777
818. Critérios de avaliação do passivo	778
819. Obrigações em moeda estrangeira	779
820. Obrigações sujeitas à correção monetária	779
821. Correção monetária das obrigações tributárias	780
Art. 184-A	782
Art. 185	782
822. Significado e origem da expressão correção monetária	783
823. Correção monetária do ativo imobilizado	784
824. Correção monetária dos balanços	785
825. Os índices de correção	786
826. Sistemas fiscais de correção do ativo do capital de giro. Distorções. Modificação da legislação tributária. Providências recomendáveis	787

Seção IV – Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	791
Art. 186	791
827. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados	791
828. Conceito e finalidade da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados	792
829. Regime jurídico anterior	792
Seção V – Demonstração do Resultado do Exercício	793
Art. 187	793
830. Formato único e arbitrário da demonstração da conta de lucros ou prejuízos, no regime jurídico anterior	794
831. Dupla demonstração da conta de lucros ou prejuízos e padronização compulsória, no regime jurídico atual	794
832. Padronização da Comissão de Valores Mobiliários	795
Seção VI – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	796
Art. 188	796
833. Demonstração das origens e aplicações de recursos	796
834. Novidade, utilização e regime jurídico	797
Capítulo XVI – Lucro, Reservas e Dividendos	799
Seção I – Lucro	799
Art. 189	799
835. Conceito de lucro ou resultado do exercício	799
836. Deduções prioritárias do resultado do exercício	800
837. Provisão para o Imposto de Renda	800
838. Absorção dos prejuízos: do exercício e acumulados	802
Art. 190	804
839. Participações de empregados, administradores e titulares de partes beneficiárias – dedutibilidade do lucro bruto e ordem de preferência no pagamento	804
840. Regime tributário das participações de empregados, administradores e titulares de partes beneficiárias – compatibilização da lei comercial com a legislação fiscal	805
Art. 191	807
841. Lucro líquido – regime anterior e atual	807
842. Propriedade e alcance da conceituação legal do lucro líquido	808
843. Lucro líquido e lucro em dinheiro	808
844. Lucro operacional – regimes fiscais de fixação do lucro líquido	808
Art. 192	814
845. Proposta de destinação do lucro líquido	814
846. Normas gerais para a proposta de destinação do lucro líquido	815
Seção II – Reserva e Retenção de Lucros	817
Art. 193	817
847. Reservas. Conceito jurídico e contábil	817
848. Origem e função econômica das reservas	818
849. Vantagens e desvantagens das reservas na companhia	819
850. Vinculação de bens do ativo às reservas	820
851. Reservas, fundos e provisões	820
852. Reservas ocultas ou latentes	821
853. Aplicação e disponibilidade das reservas	822
854. Classificação das reservas	823
855. Reserva legal	823
Art. 194	826
856. Reservas estatutárias	827
857. Reservas assembleares	828
Art. 195	829
858. Reservas para contingências	829
859. Reversão das reservas para contingências	830

Art. 195-A	830
Art. 196	831
860. Retenção de lucros ou <i>report-à-nouveau</i> e lucros suspensos	832
861. Limitação à retenção de lucros sob qualquer forma contábil	832
862. Orçamento de capital – conceito e finalidades.....	834
Art. 197	835
863. Reservas de lucros a realizar – lucros meramente contábeis ou fictícios	835
864. Aumento do valor de investimento em coligadas e controladas	837
865. Lucro em vendas a longo prazo	838
Art. 198	839
866. Limite da constituição de reservas e retenção de lucros	840
867. Regime legal das reservas e retenção de lucro como garantia do direito ao dividendo.....	840
Art. 199	841
868. Limite do saldo das reservas de lucros	841
869. A limitação das reservas não compulsórias no regime anterior.....	843
Art. 200	843
870. Reservas de capital.....	843
871. Destinação das reservas de capital.....	844
Seção III – Dividendos.....	844
Art. 201	844
872. Dividendo – conceito – regime legal de pagamento	844
873. Responsabilidade civil dos administradores e fiscais na distribuição irregular de dividendos..	846
874. Responsabilidade penal na distribuição irregular de dividendos.....	847
875. Restituição dos dividendos recebidos irregularmente.....	847
876. Pagamento dos dividendos às ações preferenciais.....	848
Art. 202	849
877. Dividendo obrigatório. Fixação e apuração	850
878. Critérios de determinação do dividendo obrigatório e direito de retirada do acionista dissidente	852
879. Regime legal do dividendo obrigatório. Companhias existentes e novas companhias.....	854
Art. 203	856
880. Dividendo obrigatório e dividendo de ações preferenciais.....	856
881. Reservas especiais, de contingência, de lucros a realizar, retenção de lucros e distribuição dos dividendos de ações preferenciais.....	856
Art. 204	857
882. Dividendos intermediários. Distribuição à conta de balanço semestral e distribuição à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros	857
883. Balanços semestrais ou de períodos menores para distribuição de dividendos intermediários	858
Art. 205	859
884. Prazo para pagamento dos dividendos	859
885. Pagamento de dividendos de ações nominativas	860
886. Formas de pagamento dos dividendos	861
887. Pagamento de dividendos de ações em custódia bancária.....	861
888. Pagamentos adiantados à declaração de dividendos	862
889. Ação de cobrança de dividendos. Execução forçada	862
Capítulo XVII – Dissolução, Liquidação e Extinção.....	865
Seção I – Dissolução.....	865
Art. 206	865
890. Dissolução da sociedade. Dissolução de pleno direito. Término do prazo de duração	868
891. Dissolução prevista no estatuto.....	870
892. Deliberação da assembleia geral.....	870

893. Existência de um único acionista	871
894. Extinção de autorização para funcionar	874
895. Dissolução por decisão judicial	874
896. Dissolução por decisão administrativa	875
897. Dissolução consensual	875
898. Modalidades de dissolução não contempladas na lei: impossibilidade de funcionamento, inatividade da assembleia, inatividade da sociedade	876
Art. 207	877
899. Permanência da personalidade jurídica no período de liquidação. Teorias	877
Seção II – Liquidação	878
Art. 208	878
900. Conceito de liquidação	878
901. Causas da liquidação	879
902. Nomeação do liquidante pelo Conselho de Administração	880
903. Destituição de liquidante nomeado no estatuto	881
904. Conselho Fiscal	881
Art. 209	882
905. Casos de dissolução judicial	882
906. Liquidação em caso de retirada de autorização para a sociedade funcionar	883
907. Qualidades do liquidante nomeado pelo juiz	883
908. Liquidação do patrimônio da sociedade dissolvida por decisão de autoridade administradora	883
Art. 210	884
909. Publicidade da liquidação	884
910. Arrecadação de bens, livros e documentos	885
911. Levantamento do balanço	885
912. Ultimação dos negócios iniciados, realização do ativo, pagamento do passivo e partilha do remanescente	886
913. Integralização das ações não inteiramente pagas	887
914. Convocação das assembleias gerais	887
915. Liquidação e falência da sociedade	888
916. Encerramento da liquidação e extinção da companhia	889
Art. 211	890
917. Representação da sociedade pelo liquidante	890
918. Poderes de administração	890
919. Autorização da assembleia para o liquidante contrair empréstimos e gravar os bens sociais ...	891
920. Proibição do prosseguimento das atividades normais da sociedade	892
Art. 212	893
921. O uso da expressão “em liquidação”	893
Art. 213	894
922. Convocação semestral da assembleia geral	894
923. Inovação nos prazos para a realização das assembleias da prestação de contas	895
924. Direito de voto nas sociedades em liquidação	896
925. Início da liquidação; reflexo em relação ao direito de voto das ações	898
926. Convocação de assembleias na liquidação judicial	899
Art. 214	900
927. Ordem de pagamento dos credores	900
928. Pagamento; dívidas vencidas e vincendas	901
929. Pagamento integral das dívidas vencidas; responsabilidade pessoal do liquidante	902
930. Derrogação do princípio do art. 431 do Código Comercial	902
Art. 215	902
931. Rateio do remanescente entre os acionistas	903
932. Credores por debêntures e partes beneficiárias	904
933. Devolução do capital aos acionistas; partilha dos lucros	904

934. Distribuição de bens <i>in natura</i> ; direitos dos dissidentes. Implicações no direito tributário	905
Art. 216	906
935. Processamento da liquidação	906
936. Responsabilidade dos acionistas que não integralizaram suas ações	907
937. Aprovação das contas do liquidante e extinção da pessoa jurídica	908
938. Direito de ação do acionista dissidente	908
Art. 217	909
939. Responsabilidades do liquidante	909
940. Responsabilidades dos administradores, fiscais e acionistas	909
Art. 218	911
941. Situações diversas dos acionistas na partilha	911
942. Interpretação do dispositivo. Situação do titular de ação amortizada	912
943. Titulares de ações não inteiramente integralizadas	913
944. Direito do acionista que paga contra os demais	913
945. Responsabilidade do liquidante por dolo ou culpa na partilha	913
946. Prescrição da ação do credor não integralmente satisfeito	914
Seção III – Extinção	914
Art. 219	914
947. Problemas relativos à extinção da sociedade. Extinção e cancelamento do registro no Registro do Comércio	914
948. Outras modalidades de extinção	916
Capítulo XVIII – Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão	917
Seção I – Transformação	917
Art. 220	917
949. Orientação da lei atual	917
950. Conceito e caracterização da transformação	918
951. Permanência da empresa e substituição da pessoa jurídica	919
952. Aplicação das normas da lei à transformação das sociedades em geral	919
Art. 221	920
953. Consentimento unânime dos sócios ou acionistas para a transformação	920
954. Previsão contratual ou estatutária. Direito de retirada do dissidente	921
955. Renúncia do direito de retirada	922
956. Transformação da pequena sociedade anônima em sociedade por quotas	922
Art. 222	923
957. Direito dos credores. Renúncia às garantias anteriores	923
958. Aumento de responsabilidade dos sócios. Responsabilidade tributária	924
959. Falência da sociedade transformada	925
Seção II – Incorporação, Fusão e Cisão	926
Art. 223	926
960. Normas gerais sobre a incorporação, fusão e cisão	927
961. Incorporação, fusão e cisão de tipos diferentes de sociedades	928
962. Deliberações sobre as operações	928
963. Participação dos sócios da sociedade que desaparece nas sociedades sobreviventes	929
Art. 224	930
964. Natureza do protocolo	931
965. Requisitos	932
Art. 225	933
966. Exposição justificativa da operação	933
967. Motivos ou fins da operação	934
968. Situação dos acionistas preferenciais	934
969. Capital das companhias novas ou sobreviventes	934
970. Valor do reembolso dos acionistas dissidentes	935

Art. 226	936
971. Avaliação dos patrimônios; nomeação de peritos	937
972. Valor dos patrimônios líquidos	938
973. Incorporação por sociedade que detém ações ou quotas de outra	938
974. Relação entre capital e patrimônio líquido de sociedade a ser incorporada	940
975. Propriedade parcial das ações da sociedade a ser incorporada	942
976. Sociedade incorporada proprietária de ações da incorporadora	942
977. Substituição das ações da incorporada por ações em tesouraria da incorporadora.....	943
978. Extinção ou substituição de ações em caso de fusão e de cisão com incorporação.....	943
Art. 227	943
979. Conceito e características da incorporação. Subsidiária integral por incorporação.....	944
980. Procedimentos necessários à incorporação	945
981. Manifestação da sociedade a ser incorporada	946
982. Sucessão pela incorporadora da sociedade incorporada. Direito tributário	947
Art. 228	948
983. Conceito de fusão. A fusão no direito comparado	949
984. Procedimentos para a fusão	950
985. Constituição da nova sociedade. Responsabilidades tributárias pelas obrigações das sociedades fundidas	950
Art. 229	951
986. Regulação da cisão na lei atual	952
987. A cisão no direito comparado.....	953
988. Conceito e modalidades da cisão na lei brasileira	955
989. Cisão parcial com a criação de companhia nova; entendimento do § 2º	956
990. Arquivamento e publicação dos atos da cisão.....	957
Art. 230	957
991. Direito de retirada; justificação	958
992. Valor do reembolso; exceção ao princípio do art. 45	959
993. Prazo para o exercício do direito de retirada	959
Art. 231	960
994. Aprovação pelos debenturistas da incorporação, fusão ou cisão	960
995. Dispensa de aprovação; garantia de resgate aos debenturistas	961
996. Obrigação de resgate por parte da sociedade cindida e das que absorverem parte do seu patrimônio. Solidariedade, exceção	962
997. Resgate das debêntures subordinadas	963
Art. 232	964
998. Direito dos credores na incorporação e na fusão	964
999. Consignação da importância do crédito não satisfeito.....	964
1.000. Separação dos patrimônios, em caso de falência	964
Art. 233	965
1.001. Responsabilidade das sociedades cindidas com versão integral ou parcial do patrimônio	965
1.002. Estipulação sobre as responsabilidades na cisão parcial.....	966
1.003. Oposição do credor à estipulação	966
Art. 234	967
1.004. Arquivamento dos atos relativos à incorporação, fusão e cisão.....	967
1.005. Finalidade do arquivamento.....	967
Capítulo XIX – Sociedades de Economia Mista.....	969
Art. 235	969
1.006. Interferência do Estado no domínio econômico	969
1.007. Empresas públicas e sociedades de economia mista.....	970
1.008. As sociedades de economia mista na lei atual	973
1.009. A sociedade de economia mista é de direito privado	973

1.010. Derrogações de princípios das anônimas comuns	975
1.011. Participação da sociedade de economia mista em outra companhia.....	976
Art. 236	976
1.012. Autorização legislativa para a criação das sociedades de economia mista	977
1.013. Aquisição do controle de companhia por entidade de direito público; direito de retirada dos acionistas minoritários	978
Art. 237	979
1.014. Objeto da companhia de economia mista; alteração.....	979
1.015. Participação em outras sociedades.....	980
Art. 238	981
1.016. Equiparação da pessoa jurídica que detém a maioria do capital votante ao acionista controlador.....	982
1.017. Deveres e responsabilidades da pessoa jurídica controladora da sociedade de economia mista....	983
1.018. O interesse público que justificou a criação da companhia de economia mista	983
Art. 239	985
1.019. Conselho de Administração e Diretoria; importância desses órgãos	985
1.020. Conselho de Administração das sociedades de economia mista.....	986
1.021. A nomeação dos administradores no direito comparado.....	987
1.022. O conselheiro nomeado ou indicado pelo Estado deve ser acionista.....	988
1.023. Diretoria – eleição, funções	989
1.024. Responsabilidade dos administradores	990
Art. 240	990
1.025. Regras especiais sobre o Conselho Fiscal das sociedades de economia mista	990
1.026. Funcionamento e composição do Conselho. Não eleição dos representantes dos acionistas minoritários	990
1.027. Número de conselheiros na sociedade de economia mista	992
Art. 241	993
1.028. Normas relativas à correção monetária.....	993
1.029. Limitação da correção monetária do ativo permanente	993
Art. 242	994
1.030. Natureza polêmica do dispositivo legal	994
1.031. Razões alegadas para a isenção da falência das sociedades de economia mista	995
1.032. Os administradores e a falência da sociedade de economia mista	996
1.033. Responsabilidade subsidiária do Estado pelas obrigações sociais: caracterização errônea do acionista controlador como comanditado	998
Capítulo XX – Sociedades Coligadas, Controladoras e Controladas	1.001
Seção I – Informações no Relatório da Administração.....	1.001
Art. 243	1.001
1.034. Concentração societária como característica do desenvolvimento das atividades econômicas..	1.002
1.035. A participação de uma sociedade em outra no direito comparado.....	1.002
1.036. A coligação e o controle na lei atual	1.005
1.037. Controle direto e indireto	1.006
1.038. Divulgação da participação de uma sociedade em outra	1.007
1.039. Tributação em conjunto de controladora e controlada	1.007
Seção II – Participação Recíproca	1.008
Art. 244	1.008
1.040. Participações recíprocas: conceito. Direito comparado	1.009
1.041. Exceções à regra da proibição das participações recíprocas.....	1.010
1.042. Participações recíprocas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de sociedades.....	1.011
1.043. Responsabilidade dos administradores	1.011
1.044. Aquisição de ações de companhias abertas.....	1.012
1.045. Eliminação das participações recíprocas existentes.....	1.012

Seção III – Responsabilidade dos Administradores e das Sociedades Controladoras	1.012
Art. 245	1.012
1.046. Obrigações dos administradores	1.012
1.047. Responsabilidade por perdas e danos. Proposição da ação	1.013
Art. 246	1.013
1.048. Equiparação da sociedade controladora ao acionista controlador	1.014
1.049. Deveres da sociedade controladora	1.014
1.050. Infração às regras do art. 117	1.014
1.051. Ação de reparação: a quem compete. Prescrição	1.015
Seção IV – Demonstrações Financeiras	1.016
Art. 247	1.016
1.052. Conceito de investimento relevante	1.016
1.053. Requisitos especiais das notas explicativas	1.017
Art. 248	1.019
1.054. Influência de uma sociedade investidora em coligada	1.021
1.055. Regras especiais para a avaliação do investimento relevante	1.022
1.056. Regras especiais do direito tributário. Normas da Comissão de Valores Mobiliários	1.022
Art. 249	1.024
1.057. Demonstrações consolidadas; sua finalidade	1.024
1.058. Normas especiais da Comissão de Valores Mobiliários. Normas transitórias	1.025
Art. 250	1.026
1.059. Demonstrações consolidadas e balanço consolidado	1.027
1.060. Normas especiais sobre demonstrações financeiras consolidadas	1.028
Seção V – Subsidiária Integral	1.028
Art. 251	1.028
1.061. A adoção pela lei brasileira da sociedade com um só acionista	1.029
1.062. Sociedade unipessoal e limitação da responsabilidade	1.029
1.063. A sociedade unipessoal no direito comparado	1.031
1.064. O funcionamento da sociedade com um único acionista no direito anterior	1.035
1.065. Constituição da subsidiária integral	1.036
1.066. Subscrição do capital em bens. Avaliação	1.037
1.067. Qualquer sociedade brasileira pode constituir subsidiária integral	1.037
1.068. Modalidades de formação da subsidiária integral	1.037
Art. 252	1.038
1.069. Conversão de sociedade existente em subsidiária integral	1.040
1.070. Procedimentos necessários para a conversão de companhia em subsidiária integral por incorporação	1.040
1.071. Entrega das ações da incorporadora aos acionistas da incorporadora	1.042
Art. 253	1.042
1.072. Conversão da subsidiária integral em sociedade comum; confusão injustificada da lei	1.042
1.073. Casos em que se opera a conversão	1.043
1.074. Direito de preferência dos sócios de sociedade controladora de natureza contratual	1.044
1.075. Decisão sobre a alienação de ações da subsidiária	1.045
1.076. Decisão para o aumento de capital da subsidiária integral	1.045
1.077. Interpretação do parágrafo único	1.046
Seção VI – Alienação de Controle	1.048
Art. 254 (Revogado pela Lei nº 9.457/1997)	1.048
Art. 254-A	1.049
1.078. Fiscalização da transferência do controle acionário no direito comparado	1.055
1.079. A subordinação da alienação do controle à Comissão de Valores Mobiliários (Emenda Lehmann)	1.056
1.080. O direito do minoritário de participar do preço das ações majoritárias	1.058
1.081. O tratamento igualitário dos acionistas com ações votantes e a Resolução nº 401	1.060

Art. 255	1.062
1.082. Sociedades que necessitam de autorização para funcionar.....	1.062
1.083. Tratamento a ser dado aos acionistas minoritários. A generalização do inciso legal.....	1.063
1.084. Aquisição do controle para incorporação ou fusão	1.064
1.085. Compra de ações que representam 5% ou mais do capital da vendedora.....	1.065
Art. 256	1.068
1.086. Aquisição do controle de qualquer sociedade por companhia aberta	1.069
1.087. Critério de aquisição levando em conta a cotação média das ações. Improriedades do dispositivo legal.....	1.072
1.088. Critério considerando o valor da ação ou quota em relação ao patrimônio líquido social	1.075
1.089. Critério considerando o valor do lucro líquido da ação	1.076
1.090. Assembleias gerais da sociedade adquirente do controle	1.078
Seção VII – Aquisição de Controle Mediante Oferta Pública	1.079
Art. 257	1.079
1.091. Aquisição de controle mediante oferta pública.....	1.080
1.092. Regulação das ofertas públicas na Inglaterra, Estados Unidos, França e Bélgica.....	1.081
1.093. Aquisição de controle e aquisição de ações; proteção aos acionistas minoritários.....	1.082
1.094. Participação de instituição financeira. Garantias oferecidas por essa.....	1.084
1.095. Oferta de aquisição de controle por permuta de valores mobiliários. Permuta total ou parcial.....	1.084
1.096. Objeto da oferta.....	1.085
1.097. Oferta para aquisição parcial de ações.....	1.086
Art. 258	1.087
1.098. Oferta pública para compra de ações; não aplicação das normas da Resolução nº 401	1.087
1.099. Requisitos do instrumento de oferta	1.090
1.100. Comunicação da oferta à Comissão de Valores Mobiliários.....	1.093
Art. 259	1.094
1.101. Registro da oferta de permuta na Comissão de Valores Mobiliários	1.094
1.102. Apreciação do instrumento de oferta de permuta pela Comissão de Valores Mobiliários. Informações sobre as companhias emissoras dos valores mobiliários.....	1.094
1.103. Oferta mista, de permuta e compra de ações	1.095
1.104. Fixação de normas sobre oferta de permuta pela Comissão de Valores Mobiliários.....	1.096
Art. 260	1.096
1.105. Sigilo sobre os negócios sociais; abusos por parte dos <i>insiders trading</i>	1.096
1.106. Sigilo na oferta pública de aquisição de controle. Sigilo por parte da Comissão de Valores Mobiliários.....	1.097
Art. 261	1.098
1.107. Aceitação da oferta.....	1.098
1.108. Melhora da oferta.....	1.099
1.109. Resultado da oferta; comunicação à Comissão de Valores Mobiliários e aos aceitantes	1.100
1.110. Resultado da aceitação; hipóteses que podem ocorrer.....	1.101
Art. 262	1.101
1.111. Apresentação de oferta concorrente. Condições	1.101
1.112. Compreensão do § 1º. As ordens de venda anteriores não são nulas	1.102
Art. 263	1.103
1.113. Negociação das ações durante o prazo da oferta. Irregularidade da suspensão da negociação....	1.103
Seção VIII – Incorporação de Companhia Controlada	1.104
Art. 264	1.104
1.114. Incorporação, pela controladora, de companhia controlada.....	1.106
1.115. Reembolso dos acionistas dissidentes da incorporação	1.107
1.116. Aplicação das disposições legais à fusão da controladora com a controlada.....	1.107
Capítulo XXI – Grupo de Sociedades.....	1.109
Seção I – Características e Natureza	1.109

Art. 265	1.109
1.117. Os grupos de sociedades e sua regulamentação legal	1.109
1.118. Caracterização do grupo de sociedades pela doutrina estrangeira	1.111
1.119. Caracterização do grupo de sociedades na lei brasileira	1.111
1.120. Sociedade de comando e nacionalidade do grupo	1.112
1.121. Desnecessidade de algumas das menções do § 1º	1.112
1.122. Participações recíprocas nos grupos de sociedades	1.113
Art. 266	1.113
1.123. Relações entre as sociedades do mesmo grupo	1.113
1.124. Personalidade e autonomia patrimonial das sociedades do grupo	1.114
1.125. Responsabilidade subsidiária da sociedade de comando ou das filiadas	1.115
Art. 267	1.116
1.126. Designação do grupo de sociedades; atos praticados pelos administradores do grupo	1.116
1.127. Privatividade do emprego da palavra “grupo”. Entendimento do dispositivo legal	1.117
Art. 268	1.118
1.128. Participação no grupo de sociedade que depende de autorização para funcionar	1.118
Seção II – Constituição, Registro e Publicidade	1.119
Art. 269	1.119
1.129. Convenção do grupo; requisitos	1.120
1.130. Nacionalidade estrangeira do controle do grupo	1.120
1.131. Constituição e alteração da convenção	1.122
Art. 270	1.122
1.132. Aprovação da convenção pelas sociedades filiadas ao grupo	1.123
1.133. Alteração dos contratos sociais	1.123
1.134. Aprovação da convenção por sociedade anônima controlada	1.125
1.135. Aprovação por sociedade em comandita por ações; problemas relativos ao controle desta... ..	1.125
1.136. Discordância do acionista da participação da sociedade no grupo	1.126
Art. 271	1.127
1.137. Arquivamento de documentos no Registro de Comércio; o arquivamento não é constitutivo do grupo	1.127
1.138. Documentos que devem ser arquivados. Publicidade	1.128
Seção III – Administração	1.130
Art. 272	1.130
1.139. Estrutura administrativa do grupo. Órgãos de deliberação colegiada e cargos de direção geral	1.130
1.140. Representação das sociedades que integram o grupo	1.131
Art. 273	1.131
1.141. Sociedades “filiadas”: compreensão desse termo	1.131
1.142. Poderes dos administradores das sociedades e dos administradores do grupo	1.132
Art. 274	1.133
1.143. Remuneração dos administradores do grupo. Fixação	1.133
Seção IV – Demonstrações Financeiras	1.134
Art. 275	1.134
1.144. Normas sobre as demonstrações financeiras das sociedades participantes do grupo. Demonstrações consolidadas	1.134
Seção V – Prejuízos Resultantes de Atos Contrários à Convenção	1.136
Art. 276	1.136
1.145. Oposição de certos fatos aos acionistas minoritários	1.136
1.146. Publicação da participação em custos, receitas e resultados e compensações entre sociedades.	1.137
Art. 277	1.137
1.147. Compreensão do artigo	1.137

1.148. Composição do Conselho Fiscal das filiadas; representação minoritária e das ações desprovidas de voto	1.138
1.149. Atribuições especiais do Conselho	1.138
1.150. Requisitos para a eleição	1.139
Capítulo XXII – Consórcio	1.141
Art. 278	1.141
1.151. O consórcio como grupo de coordenação de sociedades	1.141
1.152. Restrições impostas pela lei; participação obrigatória de companhia e um só empreendimento	1.142
1.153. A solidariedade entre as consorciadas	1.144
1.154. Falência de sociedade consorciada	1.145
Art. 279	1.145
1.155. Aprovação do contrato de consórcio	1.146
1.156. Iniciativa da formação do consórcio. Exclusão do empresário individual da participação em consórcios	1.146
1.157. Tempo de constituição do consórcio	1.148
1.158. Menções do contrato	1.149
Capítulo XXIII – Sociedades em Comandita por Ações	1.153
Art. 280	1.154
1.159. Manutenção da sociedade em comandita por ações	1.154
1.160. Diferença entre as sociedades em comandita por ações do direito brasileiro e as do seu modelo francês	1.156
1.161. Razões justificativas da abolição das sociedades em comandita por ações no direito brasileiro	1.157
1.162. Características das sociedades em comandita por ações. Regulação pelas normas das sociedades anônimas	1.158
Art. 281	1.159
1.163. O uso da firma pelas sociedades em comandita por ações	1.159
1.164. Denominação	1.160
1.165. Responsabilidade das pessoas cujos nomes figuram na firma; o terceiro não acionista não será responsável pelas obrigações sociais	1.160
Art. 282	1.161
1.166. Imperfeição na redação do artigo	1.162
1.167. Nomeação, destituição e substituição dos gerentes	1.163
1.168. Responsabilidade pelos atos praticados antes da exoneração dos gerentes	1.163
Art. 283	1.164
1.169. Imprecisões do dispositivo legal	1.164
1.170. Matéria cuja aprovação requer a concordância dos gerentes ou administradores	1.165
Art. 284	1.165
1.171. Não aplicação às sociedades em comandita por ações de regras relativas às sociedades de capital autorizado	1.165
Capítulo XXIV – Prazos de Prescrição	1.167
Art. 285	1.167
1.172. Anulação da constituição da sociedade. O papel do Registro do Comércio na constituição da companhia	1.167
Art. 286	1.169
1.173. Inadvertência do legislador. Validação das deliberações das assembleias irregularmente convocadas ou instaladas	1.169
1.174. Redução do prazo prescricional	1.170
1.175. Termo inicial	1.170
Art. 287	1.170
1.176. Prescrição anual	1.171

1.177. Prescrição trienal.....	1.172
Art. 288.....	1.173
1.178. Ação prescricional originada de fato que deva ser apurado no juízo criminal	1.173
Capítulo XXV – Disposições Gerais	1.175
Art. 289	1.175
1.179. Publicações. A Instrução nº 2 da Comissão de Valores Mobiliários	1.176
Art. 290	1.177
1.180. Correção monetária nas indenizações devidas pela companhia	1.177
Art. 291	1.178
1.181. Poderes da Comissão de Valor Mobiliários quanto à redução de porcentagens exigida pela lei ..	1.178
1.182. Investimentos em sociedades controladas	1.180
Art. 292	1.180
1.183. Ações ao portador das sociedades imobiliárias.....	1.180
Art. 293	1.181
1.184. Serviços que podem ser prestados pelas Bolsas de Valores, mediante autorização especial da Comissão de Valores Mobiliários	1.181
1.185. Restrições às instituições financeiras que prestarem serviços às companhias.....	1.182
Art. 294	1.182
1.186. Companhias fechadas e familiares.....	1.183
1.187. Facilidades às companhias familiares.....	1.184
Capítulo XXVI – Disposições Transitórias.....	1.185
Art. 295	1.185
1.188. Aplicação da lei às sociedades que se criarem depois de sua publicação; aplicação de princípios gerais às sociedades existentes à data da publicação da lei. Exceções	1.185
1.189. Participação dos administradores nos lucros sociais	1.186
1.190. Exercício de voto pelas ações ao portador.....	1.186
Art. 296	1.186
1.191. Adaptação dos estatutos das sociedades existentes; prazo. Direitos dos titulares de partes beneficiárias e de debêntures	1.187
1.192. Eliminação de participações recíprocas	1.187
1.193. Fixação do dividendo	1.187
1.194. Saldo das reservas de lucros	1.188
Art. 297	1.188
1.195. Ações preferenciais com prioridade na distribuição de dividendo mínimo ou fixo.....	1.188
Art. 298	1.189
1.196. Necessidade de reformulação da lei das sociedades por quotas	1.189
1.197. A permissão de transformação sem a aprovação da unanimidade dos acionistas.....	1.190
1.198. Direito de voto	1.191
1.199. Livre transferência das quotas	1.191
Art. 299	1.193
1.200. Manutenção de disposições sobre incentivos fiscais e remessa de lucros para o exterior.....	1.193
Art. 299-A	1.194
Art. 299-B	1.194
Art. 300	1.194
1.201. Manutenção dos dispositivos relativos à nacionalidade e às sociedades que necessitam de autorização para funcionar.....	1.194
Índice Alfabético de Assuntos.....	1.197